AMOSTRA

Polícia Civil do Maranhão

PC MA

Delegado

REVISÃO DE VÉSPERA

memoriza.aí

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PC/MA!

Seja muito bem - vindo!

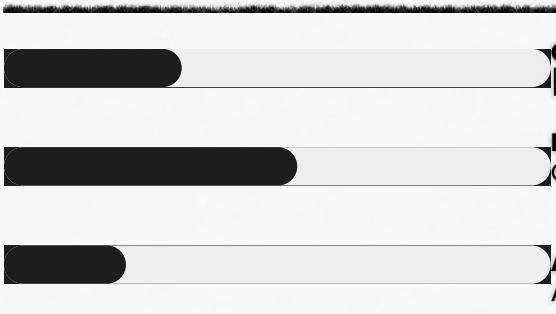
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO - 32,50% [LÍNGUA PORTUGUESA]

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 53,63% [DIREITO CONSTITUCIONAL]

ATOS ADMINISTRATIVOS- 37,8% [DIREITO ADMINISTRATIVO]

É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Ana Luiza 

Oiii! Boa tarde!

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

contato@memorizaai.com.br

ou

clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

E NÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **3 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

COMEÇAR A ESTUDAR PARA CONCURSOS PODE GERAR MUITAS DÚVIDAS, E UM BOM PLANEJAMENTO FAZ TODA A DIFERENÇA. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ COMO ESCOLHER O CONCURSO IDEAL, ESTRUTURAR SUA ROTINA DE ESTUDOS, MONTAR UM CRONOGRAMA EFICIENTE E UTILIZAR AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM. O OBJETIVO É MOSTRAR O CAMINHO COMPLETO PARA CONSTRUIR UMA PREPARAÇÃO ORGANIZADA, CONSISTENTE E MUITO MAIS PRODUTIVA.



BÔNUS 2: CADERNO DE ERROS DA RETA FINAL

NA RETA FINAL, ACERTAR MAIS DEPENDE, PRINCIPALMENTE, DE DEIXAR DE REPETIR OS MESMOS ERROS. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ A MONTAR UM CADERNO DE ERROS REALMENTE EFICIENTE, REGISTRANDO SUAS DIFICULDADES, IDENTIFICANDO PADRÕES E REVISANDO EXATAMENTE OS PONTOS QUE MAIS PRECISAM DE ATENÇÃO. ASSIM, CADA ERRO DEIXA DE SER UM OBSTÁCULO E PASSA A ACELERAR SUA EVOLUÇÃO ATÉ O DIA DA PROVA.



BÔNUS: MANUAL DA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

RESOLVER CENTENAS DE QUESTÕES NÃO GARANTE EVOLUÇÃO QUANDO ISSO É FEITO SEM MÉTODO. NESTE MANUAL, VOCÊ APRENDERÁ UMA FORMA ESTRATÉGICA DE ANALISAR ENUNCIADOS, ELIMINAR ALTERNATIVAS, IDENTIFICAR PEGADINHAS E REVISAR SEUS ERROS DE MANEIRA INTELIGENTE. COM ESSE PROCESSO, CADA QUESTÃO RESOLVIDA PASSA A GERAR APRENDIZADO REAL E AUMENTA SUA EFICIÊNCIA DURANTE TODA A PREPARAÇÃO.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

clique aqui para saber mais!

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

DELEGADO

- Direito Digital
- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Agrário
- Direito Ambiental
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Medicina Legal
- Direitos Humanos
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Legislação Penal e Processual Penal Especial
- Criminologia

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESSA RETA FINAL!

clique aqui para conhecer o material completo



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a *irretroatividade das leis.*

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, **desde que beneficiem os indivíduos**, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos **conceitos**

O **direito adquirido:** aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.

exemplo:

se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.





O **ato jurídico perfeito:** aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.

exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.





A **coisa julgada:** aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - PARTE V

> LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Previsão constitucional: Art. 5°, LXXI, CF.

MANDADO DE INJUNÇÃO

O que, afinal é injunção?

O mandado de injunção **é uma ordem para criar uma lei** que aplique os direitos contidos na Constituição. Esse remédio constitucional **pretende suprir a falta de uma lei** que garanta o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das garantias relativas à nacionalidade.

Isso se deve ao fato de que, quando uma lei infraconstitucional (lei de menor força que a Constituição) não é editada ou complementada, o exercício desses direitos pode ser limitado ou mesmo impedido na pratica.

exemplo prático de como **funciona o mandando de injução**

A Constituição Federal, por exemplo, **assegura o direito à educação**. No entanto, este direito **é concretizado e posto em prática através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Logo, é por meio da LDB que o direito à educação prometido em nossa Constituição é cumprido.



Se a LDB **não existisse e o direito à educação não fosse implementado**, seria possível **solicitar um mandado de injunção** para que, por meio de uma notificação do Poder Judiciário, o Poder Legislativo pudesse deixar de se omitir e **criar uma lei que cumprisse a promessa constitucional.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II



A organização administrativa **refere-se à estruturação e ao funcionamento das entidades e órgãos que compõem a administração pública** em todos os níveis (federal, estadual, municipal).

A organização administrativa busca estabelecer uma **divisão de responsabilidades, funções e competências** de forma a garantir a eficiência, eficácia e legalidade na prestação de serviços públicos e na execução das políticas governamentais.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A administração direta é composta **pelos órgãos e entidades que fazem parte da estrutura central do governo ou da administração centralizada**. Isso inclui os m**inistérios, secretarias de estado, departamentos e repartições públicas.** Esses órgãos **estão diretamente subordinados ao Poder Executivo**, geralmente representado pelo presidente, governador ou prefeito, dependendo do nível de governo.

A administração **direta possui uma relação mais próxima com o chefe do poder executivo e é responsável pela execução direta das atividades e serviços públicos**. Ela é mais flexível em termos de gestão, pois as decisões são tomadas de forma mais centralizada e ágil.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A administração indireta é **composta por entidades que possuem personalidade jurídica própria e atuam de forma autônoma**, embora vinculadas ao Estado. Essas entidades foram criadas para descentralizar a execução de determinados serviços públicos, permitindo uma gestão mais especializada e flexível. A administração indireta é, muitas vezes, **utilizada para setores que exigem uma abordagem mais empresarial ou técnica.**

Em resumo, lembre-se das **principais diferenças**:

A **administração pública direta** é constituída pelos **órgãos diretamente subordinados** ao chefe do poder executivo



Enquanto a **administração pública indireta** envolve **entidades com personalidade jurídica própria** que atuam de forma descentralizada e mais especializada.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.



Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

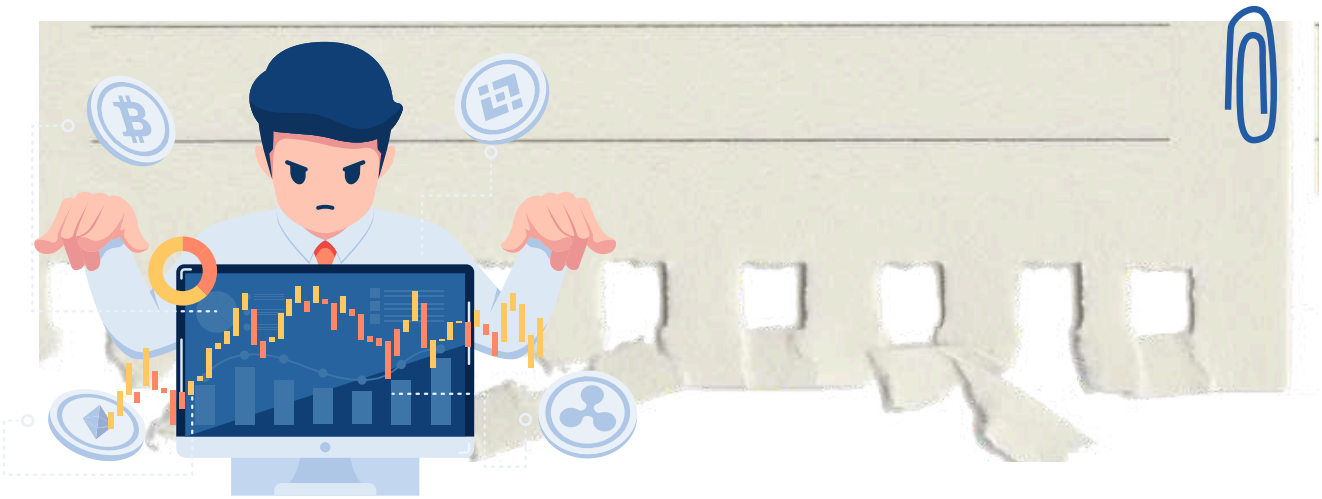


Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

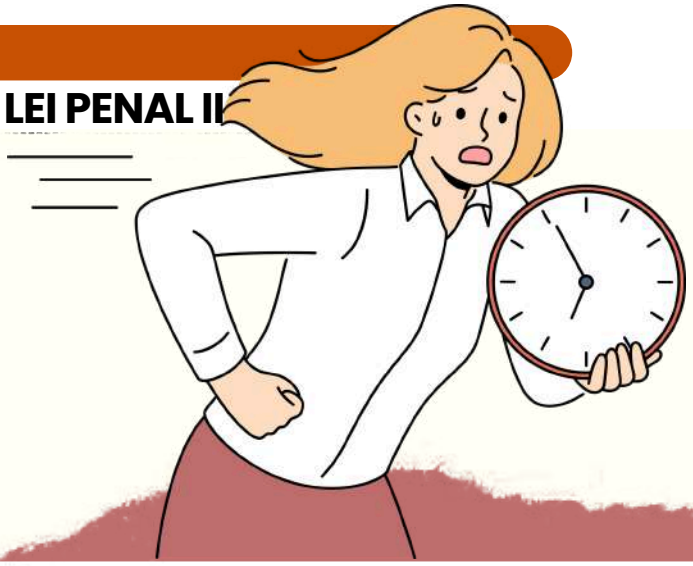
Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL II

RETROATIVIDADE DA LEI PENAL



COMO ISSO FUNCIONA?

O Princípio da Retroatividade da Lei Penal é a **aplicação da lei penal vigente ao tempo no qual o crime foi cometido.**

Como regra geral, **a nova lei será aplicável durante o tempo de sua vigência** ou de acordo com a legislação em vigor no período em que o delito ocorreu.



No sistema jurídico brasileiro, **adotamos o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (nullum crimen, nulla poena sine praevia lege poenali),** o que significa que uma lei penal mais severa não pode retroagir para atingir fatos pretéritos.

JURISPRUDÊNCIA A REGRA DA ANTERIORIDADE LEGAL E A IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 1º e 2º do Código Penal, **a lei penal passa a ser aplicável a partir do momento em que é promulgada**, respeitando a regra da anterioridade legal.

- É importante destacar que **a lei penal não pode ser utilizada retroativamente, exceto se for em benefício do réu**. Este princípio é baseado na Constituição Federal, que garante a **irretroatividade da lei penal.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL IX



INTRATERRITORIALIDADE

A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E SUAS EXCEÇÕES

No Brasil, **a aplicação da lei penal é considerada relativa**, visto que existem algumas exceções em relação ao território brasileiro.

Por exemplo, **embaixadores estrangeiros que cometem infrações penais dentro do país não são julgados pelas leis do Estado soberano**. Em vez disso, por causa da imunidade diplomática, eles **são processados em seu país de origem, seguindo as leis locais.**

ENTENDENDO A INTRATERRITORIALIDADE

VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA INTRATERRITORIALIDADE?

É a **aplicação da lei estrangeira, por um juiz estrangeiro, em um crime cometido no Brasil.** Um exemplo disso são os **casos de imunidade diplomática, onde a lei estrangeira é aplicada por um juiz estrangeiro.**





LEMBRE-SE!

Caso o avião presidencial deixe o país, **então a lei penal brasileira continuará a ser aplicada aos crimes cometidos dentro da aeronave, por força da territorialidade** e não em razão da extraterritorialidade!

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CRIMES DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL



(LEIS Nº 7.716/1989 E Nº 9.459/1997)

A **Lei n° 7.716/1989** define os **crimes resultantes de discriminação ou preconceito** de **raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**. A **Lei n° 9.459/1997** ampliou a **proteção penal**, alterando a Lei n° 7.716/1989 e o **Código Penal** para reforçar o combate à **discriminação racial**. A banca cobra frequentemente essas normas.

A legislação criminaliza condutas discriminatórias que restrinjam direitos ou promovam **tratamento desigual** em razão de **raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**. As normas visam proteger a **dignidade da pessoa humana**, a **igualdade** e combater **práticas racistas** em diferentes contextos sociais.

A Lei define **crimes decorrentes de discriminação ou preconceito**, proibindo condutas que impeçam ou restrinjam direitos por motivo de **raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**. A banca frequentemente cobra seu **objeto de proteção**.

A **Lei nº 9.459/1997** ampliou a **proteção penal** contra a discriminação, alterando a **Lei nº 7.716/1989** e o **Código Penal** para fortalecer o combate às **práticas discriminatórias**. A banca costuma explorar essas alterações.



A legislação protege a **igualdade**, a **dignidade da pessoa humana** e o direito de todas as pessoas de viverem livres de **discriminação** e **preconceito**. A banca frequentemente relaciona esses valores aos **princípios constitucionais**.



Os **crimes de racismo** podem ocorrer em diversas situações, como acesso ao **emprego**, **educação**, **estabelecimentos comerciais**, **serviços públicos** e demais direitos assegurados pela legislação. A banca costuma cobrar exemplos previstos na lei.

A **Constituição Federal** determina que o **racismo** constitui **crime inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, reforçando o compromisso do Estado com a proteção da **igualdade** e dos **direitos fundamentais**. A banca frequentemente cobra essa previsão constitucional.

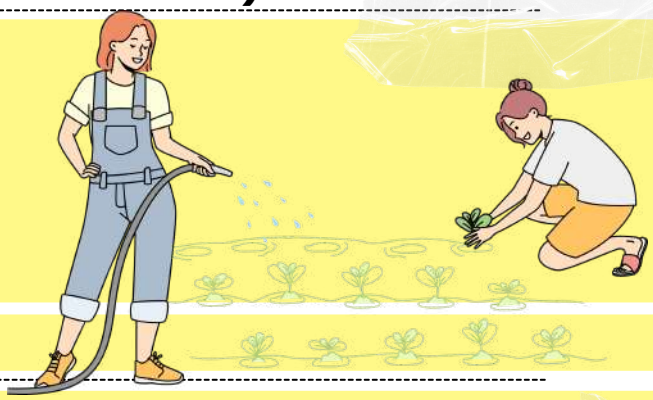
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)

LEI DE DROGAS – ARTS. 37, 38 E 39





NÃO CONFUNDA

👥 **Associação para o tráfico – Art. 35**
➡️ **Mínimo**: 2 pessoas.
👥 **Associação criminosa – Art. 288 do CP**
➡️ **Mínimo**: 3 pessoas.
👥 **Organização criminosa – Lei n° 12.850/2013**
➡️ **Mínimo**: 4 pessoas.

EI DE DROGAS – PORTE PARA CONSUMO PESSOAL

➡️ ***Adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo droga para consumo pessoal.***

- A Lei também alcança quem **semeia**, **cultiva** ou **colhe**, para **consumo próprio,** plantas destinadas à preparação de **pequena quantidade de droga.**

COMO IDENTIFICAR O USO PESSOAL?



O juiz considera, entre outros fatores:
✅ **Natureza e quantidade da droga.**
✅ **Local e condições da ação.**
✅ **Circunstâncias sociais e pessoais.**
✅ **Conduta e antecedentes do agente.**



Atenção

O STF decidiu que não constitui infração penal **adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo maconha para consumo pessoal.**

⚠️ **A CONDUTA CONTINUA ILÍCITA, MAS POSSUI NATUREZA EXTRAPENAL.**

Presume-se usuário quem possuir:
✅ **Até 40 g de maconha; OU**
✅ **Até 6 plantas-fêmeas.**
⚠️ **A presunção é relativa:** outros elementos podem indicar tráfico, mesmo abaixo desses limites.

⚠️ **A decisão do STF foi específica para Cannabis sativa (maconha).**

Podem ser aplicadas:
✅ **Advertência** sobre os efeitos das drogas.
✅ Comparecimento a **programa ou curso educativo.**
❌ **Sem repercussão criminal.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019



SUJEITOS DO CRIME

quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade?

Qualquer **agente público**, abrangendo uma ampla gama de pessoas que exerçam **atividades vinculadas ao poder público**, como:

1. Servidores **públicos** e **militares**, ou pessoas equiparadas a eles.
2. Membros dos Poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário**.
3. Membros do **Ministério Público**.
4. Membros de **tribunais** ou **conselhos** de **contas**.

Crimes de mão própria: Isso significa que **apenas pessoas que possuem vínculo com o poder público** (agentes estatais) podem **praticar o crime de abuso de autoridade**, excluindo particulares que não têm qualquer relação com a administração pública.



A lei adota uma **definição ampla de agente público**, que inclui aqueles que exercem **função pública** ainda que **temporariamente**, **sem remuneração** ou **em caráter excepcional**, por meio de eleição, nomeação, contratação, ou qualquer forma de investidura.

CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE PRATICADOS POR **MILITARES** SERÃO JULGADOS PELA **JUSTIÇA MILITAR**, QUE É COMPETENTE PARA QUESTÕES ENVOLVENDO ESSES AGENTES.



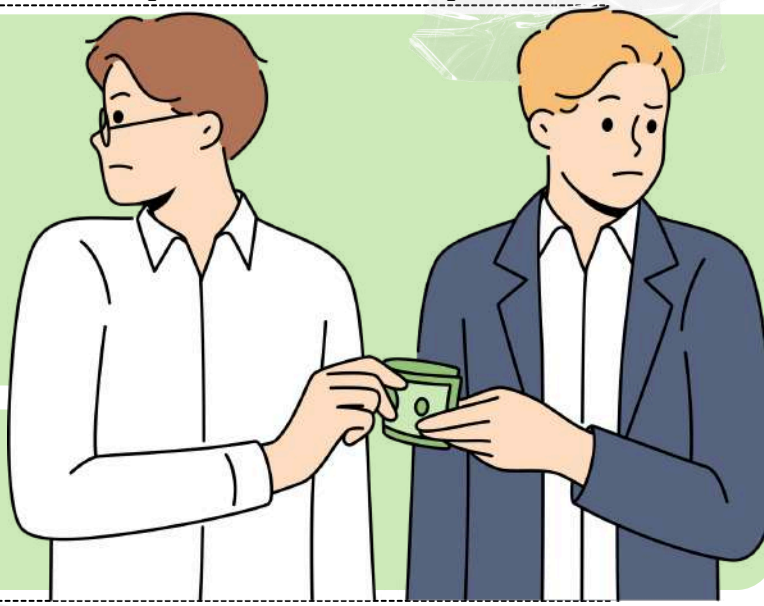
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

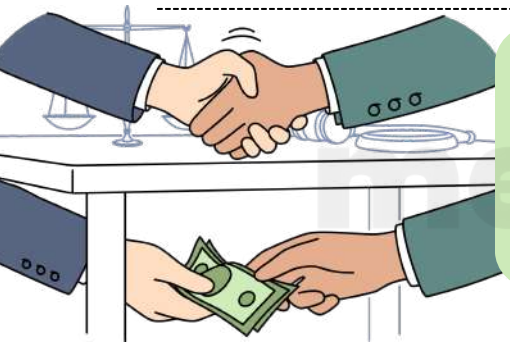
CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 9.613/98) I

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO



A lavagem de dinheiro envolve a ação de **conferir uma aparência de legalidade a bens, direitos ou valores originados de uma infração penal**.

O agente, por meio dessa prática, **esconde ou disfarça a natureza**, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade desses bens, direitos ou valores provenientes de atividades criminosas.



O termo "lavagem de dinheiro" surgiu do direito norte-americano (money laundering) por volta de 1920, referindo-se aos **mafiosos que usavam lavanderias como fachada para legalizar o dinheiro obtido de atividades ilícitas**.

- Em outros países como Portugal e Espanha, é comum o uso da expressão "branqueamento de capitais".

Etapas da lavagem de dinheiro:



Fase da colocação (placement):
Introdução do dinheiro ilegal no sistema financeiro, incluindo técnicas como smurfing, que envolve múltiplos depósitos fracionados para ocultar grandes somas.

Fase da dissimulação/mascaramento (layering):
Realização de negócios ou movimentações financeiras complexas para dificultar o rastreamento dos valores ilícitos.

Fase da Integração (integration):
Incorporação dos bens ao sistema econômico.

Atenção

NÃO É NECESSÁRIO **COMPLETAR TODAS AS FASES** PARA QUE O **CRIME** DE LAVAGEM DE DINHEIRO SEJA **CONFIGURADO**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI Nº 10.826/2003 – ESTATUTO DO DESARMAMENTO

AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO



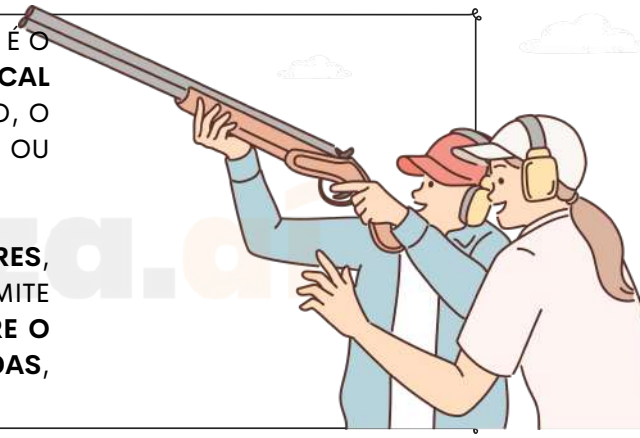
O Estatuto do Desarmamento estabelece os requisitos para a aquisição de armas de uso permitido:



- Declaração de **necessidade**.
- **Idoneidade:** Comprovação por **certidões negativas** de **antecedentes criminais**.
- Comprovação de **ocupação lícita** e **residência fixa**.
- Capacidade **técnica** e **aptidão psicológica** para o manuseio da arma.

POSSE DE ARMA DE FOGO

- O **REGISTRO DA ARMA DE FOGO** PERMITE A **POSSE**, QUE É O DIREITO DE **MANTER A ARMA NA RESIDÊNCIA** OU NO **LOCAL DE TRABALHO**. PARA MANTÊ-LA NO LOCAL DE TRABALHO, O TITULAR DO REGISTRO DEVE SER O **PROPRIETÁRIO** OU **RESPONSÁVEL LEGAL** PELO **ESTABELECIMENTO**.
- EM ALGUNS CASOS, COMO PARA **CAÇADORES**, **ATIRADORES** E **COLECIONADORES**, A LEGISLAÇÃO PERMITE O PORTE DE ARMA DE FOGO DURANTE O **TRAJETO ENTRE O LOCAL DE GUARDA E ATIVIDADES AUTORIZADAS**, CONFORME ESTABELECIDO NO DECRETO 10.030/2019.



PORTE DE ARMA DE FOGO

O porte refere-se ao direito de **portar a arma fora de casa** ou do **trabalho**. De acordo com o Estatuto, ele é concedido em casos como:

1. **Função pública** de **segurança**.
2. **Defesa pessoal**.

Para solicitar o porte, o interessado deve demonstrar **necessidade por exercer atividade** de **risco** ou por **ameaça à sua integridade física**, além de cumprir com os demais requisitos legais.

O PORTE PODE SER **TEMPORÁRIO** E **LIMITADO GEOGRAFICAMENTE**, E **SERÁ AUTOMATICAMENTE SUSPENSO** EM CASO DE **EMBRIAGUEZ** OU **USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS**.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

CRIMES DO ECA E COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES



CRIMES DO ECA

Competências e Responsabilidades 🏛️

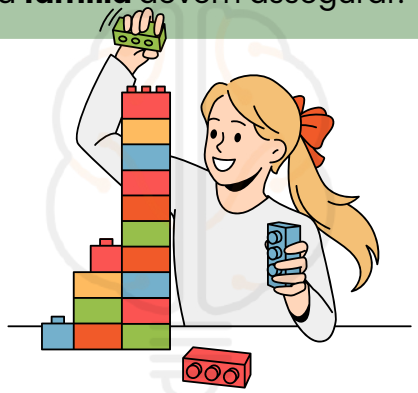
O ECA define que a **proteção dos direitos das crianças** e **adolescentes** é um **dever coletivo**, ou seja, envolve **família**, **sociedade** e **Estado**. A família tem um papel primário, mas as responsabilidades são compartilhadas.

O ART. 4º DO ECA DIZ:

- A **prioridade absoluta** dos **direitos da criança** e do **adolescente** deve ser garantida.
- O **Estado**, a **sociedade** e a **família** devem assegurar:



O DIREITO À **SAÚDE**, À **EDUCAÇÃO**, AO **LAZER**, À **CULTURA** E À **CONVIVÊNCIA FAMILIAR**.



GARANTIR A **SOBREVIVÊNCIA** E O **DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL** DE CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE.



A **PROTEÇÃO** CONTRA TODA **FORMA DE VIOLÊNCIA** E **EXPLORAÇÃO**.

Atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário na Garantia de Direitos ⚖️👩‍⚖️

- Esses órgãos têm papel fundamental na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.



- **Ministério Público (art. 129, CF):** Atuam em defesa dos direitos da criança, podendo intervir judicialmente e denunciar qualquer violação de direitos.
- **Defensoria Pública (art. 134, CF):** Garantem o direito de defesa de crianças e adolescentes em situações de ameaça aos seus direitos.
- **Judiciário:** O Judiciário é responsável por decidir sobre casos que envolvem abusos, violência e violações dos direitos da criança, aplicando as medidas protetivas.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DAS PROVAS II



PRINCÍPIOS RELACIONADOS ÀS PROVAS

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS PROVAS NO DECORRER DO PROCESSO PENAL

Dentro do processo penal, existem princípios que devem ser seguidos. São eles:



Princípio da Proporcionalidade
AS **PROVAS DEVEM SER PROPORCIONAIS À GRAVIDADE DO CRIME** E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

Princípio da Comunhão da Prova
A PROVA PRODUZIDA EM UMA AÇÃO PENAL **DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE AS PARTES**, GARANTINDO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO



Princípio da Autorresponsabilidade das Partes
AS PARTES SÃO **RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS PROVAS,** ARCANDO COM OS ÔNUS E RISCOS DECORRENTES DE SUA ESCOLHA PROCESSUAL.



Princípio da Oralidade
AS PROVAS DEVEM SER **PRODUZIDAS ORALMENTE EM AUDIÊNCIA**, EXCETO NOS CASOS EM QUE A LEI AUTORIZA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.



Princípio da Liberdade Probatória.



AS PARTES SÃO LIVRES PARA **PRODUZIR AS PROVAS QUE JULGAREM NECESSÁRIAS** PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES, DESDE QUE OBSERVADAS AS REGRAS PROCESSUAIS E OS LIMITES LEGAIS.





Princípio da Favor Rei
EM CASO DE DÚVIDA NA INTERPRETAÇÃO DA PROVA, ESTA **DEVE SER INTERPRETADA DE FORMA MAIS FAVORÁVEL AO RÉU**.

clique aqui para conhecer o material completo

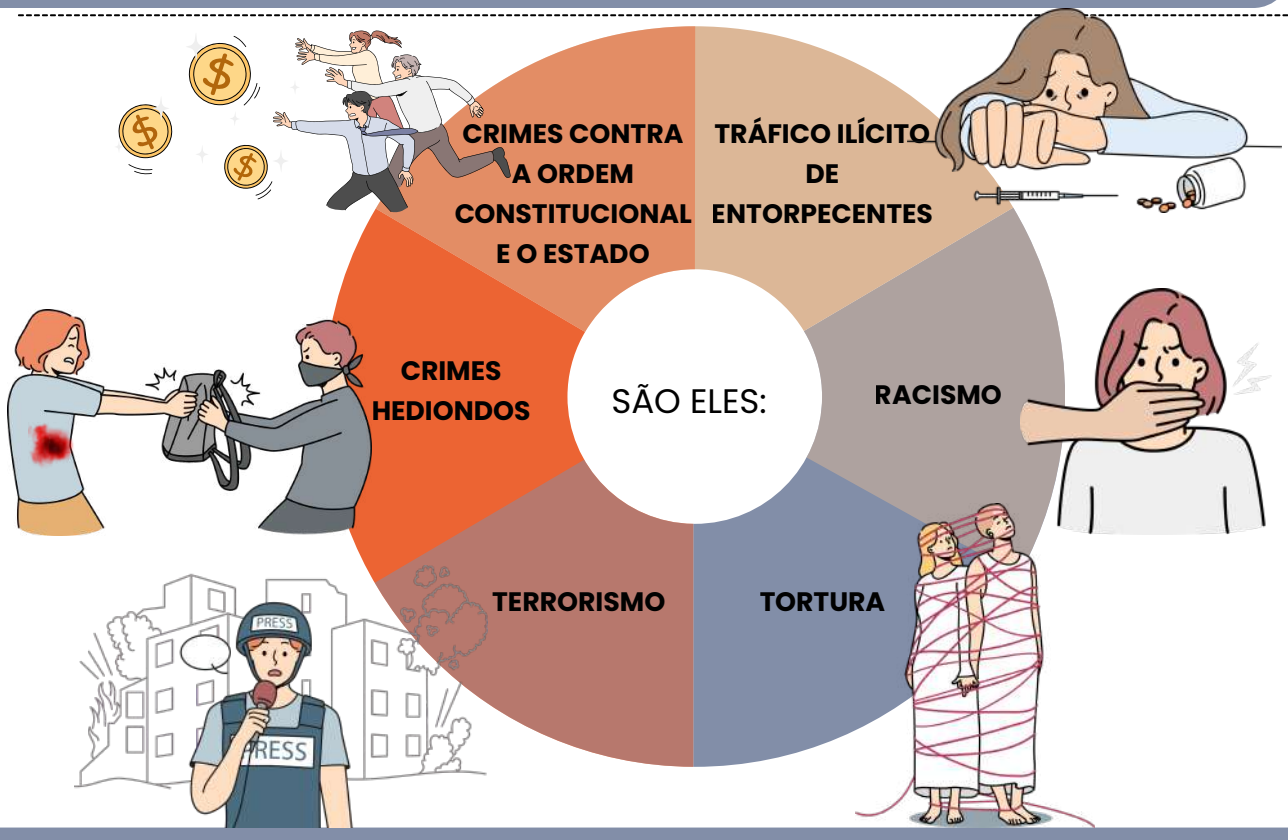
DICA

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS V



VEDAÇÕES LEGAIS PARA CONCESSÃO DE FIANÇA EM CASOS ESPECÍFICOS

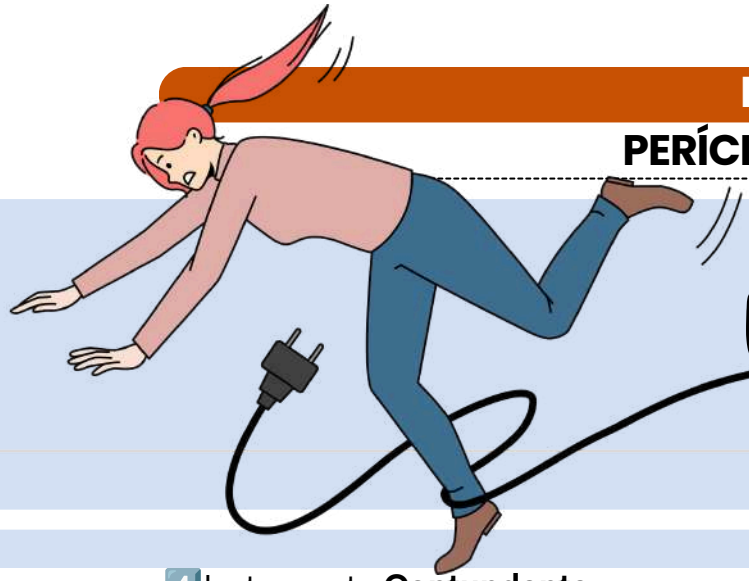
- Existem circunstâncias em que **o magistrado não poderá conceder fiança aos agentes que cometeram certos delitos.**
- Apesar de esses crimes serem inafiançáveis, **a Corte entende que o relaxamento da prisão pode ser concedido em casos de excesso de prazo**, como estabelecido na **Súmula 697 do STF.**
- Além das vedações legais, **o juiz não poderá conceder a fiança em situações específicas**, conforme o artigo 324 do CPP.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PERÍCIA E PERITO



LESÕES CAUSADAS POR ENERGIA MECÂNICA III

4️⃣ Instrumento **Contundente**

📌 **LESÕES CONTUNDENTES**

- **Característica**: Resultado de impacto direto, esmagamento ou compressão.

- **Exemplos**: Taco de beisebol, tijolo, pedra.
- Podem variar de:
  - **Contusões simples** (hematomas leves) 🩹
  - Até **fraturas ósseas** ou **lesões internas graves** 🏥.

TIPOS DE LESÕES EM RAZÃO DA GRAVIDADE

1️⃣ **Rubefação**

Vermelhidão da pele, causada pelo **aumento do fluxo sanguíneo** para a área afetada.

Causa: Resposta natural do corpo a irritações ou lesões leves.



2️⃣ **Edema**

Inchaço de uma parte do corpo devido ao **acúmulo anormal de líquido** nos tecidos.

Causa: Lesões, inflamação ou outras condições médicas.

3️⃣ **Escoriação**

Lesão superficial na pele, geralmente causada por atrito ou raspagem da camada superior da pele.

Causa: Ferimentos menores, sem sangramento profundo.

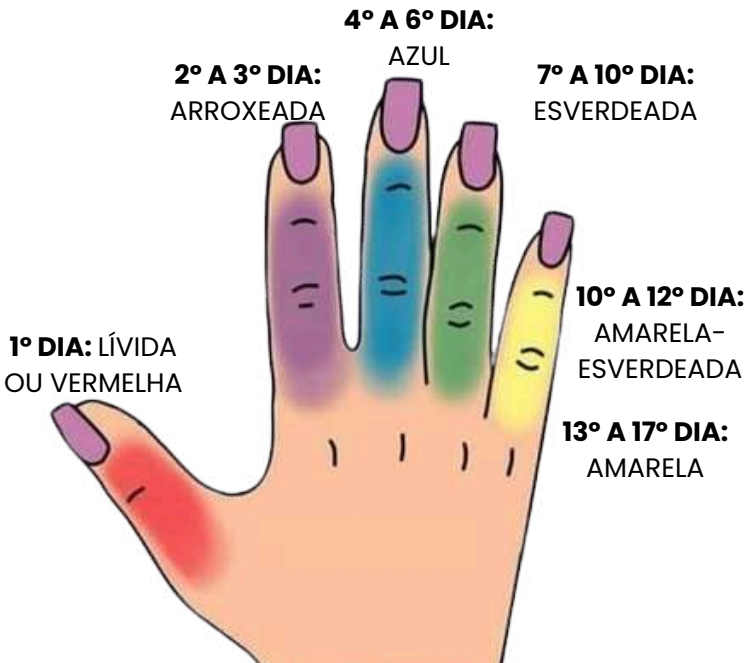


4️⃣ **Equimose**

Manchas **roxas** ou **azuladas** na pele, resultantes do **rompimento de pequenos** vasos sanguíneos.

Causa: Golpe ou trauma.

Espectro de Legrand de Saulle



clique aqui para conhecer o material completo



DICA

MEDICINA LEGAL

PROVA PERICIAL

A prova pericial é o meio de prova que utiliza **conhecimento técnico** ou **científico** para esclarecer fatos relevantes ao processo ⚖️.

Na Medicina Legal, ela é essencial para a **comprovação da materialidade, da autoria indireta e do nexo causal.**

Importância da prova pericial

✔️ Esclarece **fatos** que **dependem de conhecimento técnico**
✔️ Dá **segurança científica** à decisão judicial
✔️ Evita decisões baseadas apenas em **suposições** ou **confissões**
✔️ É **indispensável** nos **crimes** que **deixam vestígios**

Valor probatório

A prova pericial **não é absoluta.**
✔️ O juiz **não está vinculado ao laudo pericial**
✔️ Pode **aceitá-lo total** ou **parcialmente**
✔️ Pode **rejeitá-lo,** desde que **fundamente sua decisão**

🚨 **ATENÇÃO!** O JUIZ NÃO PODE IGNORAR O LAUDO **SEM JUSTIFICATIVA**
A **DECISÃO CONTRÁRIA** DEVE SE BASEAR EM **OUTROS ELEMENTOS DE PROVA.**



🚧 *Limites da prova pericial*

O perito:
✔️ Atua com **imparcialidade**
✔️ Analisa apenas **aspectos técnicos**
❌ Não **emite juízo de valor jurídico**
❌ Não **decide o processo**

A perícia:
✔️ Esclarece **fatos**
❌ **Não substitui o juiz**



🚨 **Pegadinha de banca**

A banca adora confundir dizendo que o **perito decide ou julga — ERRADO!**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CADH)



COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

7

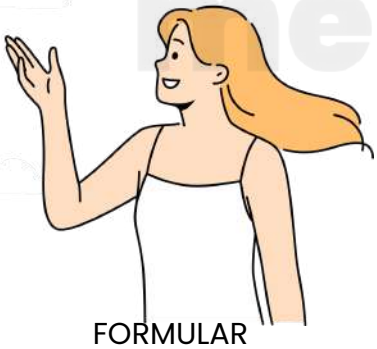
Composição da Comissão: A Comissão é formada por **7 membros**, com autoridade moral e saber em direitos humanos.

Processo de Eleição: Os membros são **eleitos** pela Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e devem ser de **diferentes países.**

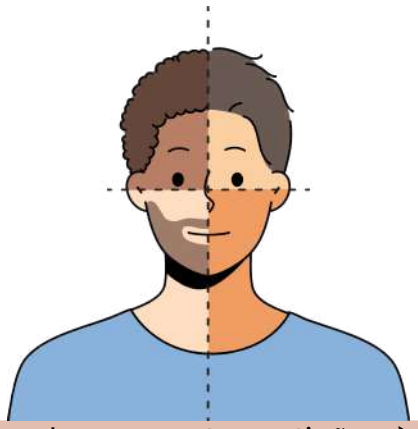
Função principal: Promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas.



ELABORAR **RELATÓRIOS E ESTUDOS**, ALÉM DE FORNECER **ASSESSORAMENTO** SOBRE QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS.



FORMULAR **RECOMENDAÇÕES** AOS **GOVERNOS** PARA MELHORAR AS **LEIS** E GARANTIR **RESPEITO** AOS DIREITOS HUMANOS.





ESTIMULAR A **CONSCIENTIZAÇÃO** SOBRE **DIREITOS HUMANOS**.

Qualquer pessoa ou grupo pode apresentar petições à Comissão sobre violação de direitos humanos.

Para que uma petição seja aceita, deve atender a certos critérios:

- Recursos **internos esgotados**.
- Petição apresentada dentro de **6 meses** após a decisão final.
- A matéria não deve estar **pendente** em outro **processo internacional.**

OS ESTADOS PODEM **RECONHECER** A **COMPETÊNCIA DA COMISSÃO** PARA **INVESTIGAR VIOLAÇÕES** POR OUTROS ESTADOS.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992



PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992

Vamos falar sobre o famoso Pacto de São José da Costa Rica? Ele é uma **referência** quando o assunto é **Direitos Humanos** e já faz parte do **nosso ordenamento** desde 1992.

O **Brasil** se **compromete** a **cumprir** a **Convenção inteirinha**, sem tirar nem pôr.



Parte I – Deveres dos Estados e Direitos Protegidos

- **Capítulo I:** Deveres Básicos
- ✨ **Artigo 1:** Os Estados devem **garantir** os **direitos** de todos, **sem discriminação.** Ou seja, vale para todos: independente de raça, cor, sexo, religião, e por aí vai!
- ✨**Artigo 2:** Se os direitos ainda não estão garantidos por leis locais, bora criar ou ajustar as normas!

Capítulo II: Direitos Civis e Políticos

✨ **Artigo 3:** Direito ao **reconhecimento** da **personalidade jurídica**. Afinal, todo ser humano merece ser visto como tal!

✨ **Artigo 4:** O direito à **vida** é essencial e protegido desde a concepção. Detalhes:

- A **pena de morte?** Só em casos gravíssimos e conforme a lei vigente na época do crime.
- Proibida para **menores** de **18**, **maiores** de **70** anos e **grávidas**.



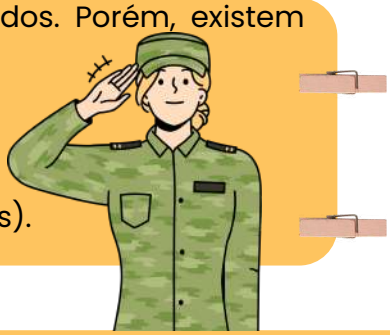
💡 AQUI, A **PRESERVAÇÃO DA VIDA** É **REGRA**, E A **PENA DE MORTE** É **EXCEÇÃO**, APLICADA COM MUITAS RESTRIÇÕES.

✨ **Artigo 5:** Direito à integridade física, psíquica e moral:

- Nada de tortura!
- Processados e condenados devem ficar separados, e menores não podem ser misturados com adultos.

✨ **Artigo 6:** Sem chance para escravidão ou trabalhos forçados. Porém, existem **exceções** que **não violam a dignidade**, como:

- Trabalhos impostos por **sentença judicial**.
- **Serviço militar** (ou alternativa civil).
- Serviços em **situações de emergência** (tipo desastres naturais).



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

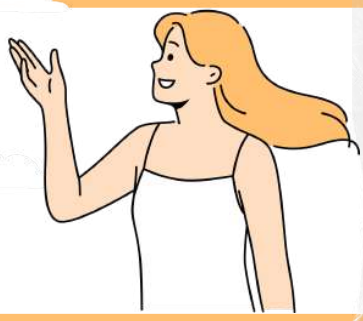
DICA

CRIMINOLOGIA



CONCEITO, OBJETO, MÉTODO E FINALIDADE III





📌 **Controle Social:**
É como o "**freio**" 🚦 do crime, usando:

- Normas e Leis 📜,
- Políticas públicas e privadas 👮‍♂️👩‍🏫,
- Programas que incentivem a sociedade a viver em harmonia.

Exemplo: Campanhas para combater a violência doméstica.

MÉTODOS DE ESTUDO NA CRIMINOLOGIA 🔬

CUIDADO! ÀS VEZES, AS QUESTÕES NO CONCURSO PODEM CONFUNDIR VOCÊ. OS **MÉTODOS ESPECÍFICOS DA CRIMINOLOGIA** SÃO:



- 1️⃣ **HUMANA**: ESTUDA O COMPORTAMENTO HUMANO;
- 2️⃣ **EMPÍRICA**: BASEADA EM EXPERIÊNCIAS REAIS 📊;
- 3️⃣ **INTERDISCIPLINAR**: UNE VÁRIAS ÁREAS DE CONHECIMENTO (SOCIOLOGIA, PSICOLOGIA, DIREITO);
- 4️⃣ **INDUTIVA**: PARTE DE CASOS ESPECÍFICOS PARA CRIAR CONCLUSÕES GERAIS;
- 5️⃣ **CIÊNCIA DO "SER"** 🧐: ESTUDA A REALIDADE COMO ELA É;
- 6️⃣ **ZETÉTICA**: EXPLORA PERGUNTAS E REFLEXÕES;
- 7️⃣ **ANALÍTICA**: ANALISA PROFUNDAMENTE CADA SITUAÇÃO.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

VITIMOLOGIA

CONCEITO, TIPOS DE VÍTIMAS, VITIMIZAÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

A vitimologia estuda quem são as **vítimas**, como ocorre a **vitimização** e quais **fatores** influenciam sua **vulnerabilidade**. É um campo essencial para compreender o impacto do crime e melhorar a resposta estatal.

A vitimologia analisa a **vítima** como sujeito central no fenômeno criminal, considerando seus **direitos**, **fragilidades** e **necessidades**. Essa abordagem busca entender a relação entre **agressor**, **vítima** e **contexto**. O estudo permite aperfeiçoar políticas de apoio e prevenção.



A classificação das vítimas identifica perfis distintos, como vítimas **diretas**, **indiretas**, **vulneráveis** ou **resistentes**. Essa diferenciação ajuda a compreender fatores que aumentam ou reduzem riscos. Também orienta o atendimento adequado em cada situação.





A vitimização **primária** ocorre no momento do crime, envolvendo danos físicos, emocionais ou patrimoniais. Já a **secundária** resulta do tratamento recebido por órgãos públicos ou pela sociedade.

Esse segundo impacto pode **agravar traumas e gerar desconfiança institucional.**

Vitimização terciária e prevenção

A vitimização **terciária** aparece quando o sistema penal produz efeitos negativos prolongados, como **estigmatização** ou **exclusão social**. Esse fenômeno reforça a necessidade de práticas humanizadas e restaurativas. A prevenção depende de respostas menos danosas e mais eficientes.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DIREITO DIGITAL

DIREITO DIGITAL – MULTIDISCIPLINARIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

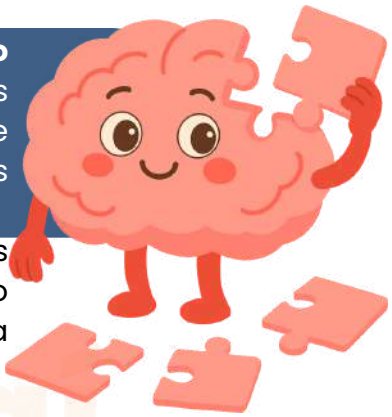


O QUE PRECISAMOS SABER?

O Direito Digital possui natureza multidisciplinar e interdisciplinar, integrando diferentes ramos do Direito e áreas do conhecimento para solucionar conflitos tecnológicos. Não constitui um sistema isolado, mas reúne normas, princípios e conhecimentos técnicos para regulamentar as relações digitais e acompanhar as transformações da sociedade.

MULTIDISCIPLINARIDADE

A multidisciplinaridade ocorre quando **diferentes áreas do conhecimento analisam uma mesma situação**, utilizando seus próprios conceitos e métodos. No Direito Digital, permite compreender questões tecnológicas sob diferentes perspectivas jurídicas.



Destacam-se o Direito Constitucional, na proteção dos direitos fundamentais; o Direito Penal, na repressão de crimes digitais; o Direito Civil, nos contratos e danos; o Direito Administrativo, na regulação; e o Direito Processual, na atividade jurisdicional digital.

INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela **integração de conhecimentos e métodos de diferentes áreas para compreender e solucionar** problemas jurídicos relacionados à tecnologia. Destacam-se:



- ☑ Direito + Informática: análise de sistemas e registros digitais.
- ☑ Direito + Segurança da Informação: avaliação de riscos e proteção.
- ☑ Direito + Economia: análise de novos modelos de negócios.
- ☑ Direito + Engenharia: compreensão de dispositivos e tecnologias.

NÃO CONFUNDA:

MULTIDISCIPLINARIDADE: diferentes áreas do conhecimento analisam um mesmo problema, **utilizando seus próprios conceitos e métodos**, sem necessariamente integrar suas abordagens.



INTERDISCIPLINARIDADE: diferentes áreas **interagem e combinam conhecimentos**, promovendo uma análise integrada para compreender e solucionar problemas jurídicos e tecnológicos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITO DIGITAL

LGPD – DIREITOS DO TITULAR E ELIMINAÇÃO DE DADOS



O QUE PRECISAMOS SABER?

A Lei nº 13.709/2018 (LGPD) assegura ao titular o exercício de direitos sobre seus dados pessoais, permitindo acompanhar, consultar, corrigir, limitar e solicitar a eliminação de informações. O art. 18 estabelece os principais direitos relacionados ao tratamento de dados, garantindo maior controle sobre sua utilização. Já os arts. 15 e 16 disciplinam as hipóteses de término do tratamento e as situações em que a conservação dos dados permanece legalmente autorizada.

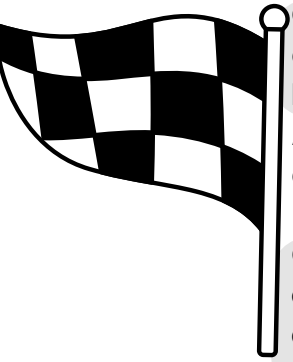
DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

O art. 18 da LGPD **assegura ao titular o exercício de direitos sobre seus dados pessoais**, mediante requisição ao controlador, observadas as condições legais. Destacam-se:

- Confirmação e acesso: consulta aos dados.
- Correção: atualização de informações.
- Anonimização e bloqueio: dados irregulares ou excessivos.
- Portabilidade: transferência de dados.
- Eliminação e revogação: exclusão nas hipóteses legais e retirada do consentimento.



TÉRMINO DO TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO



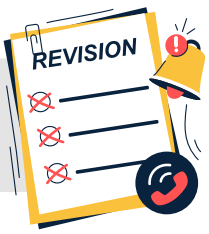
O art. 15 da LGPD prevê o término do tratamento quando a finalidade for alcançada, os **dados deixarem de ser necessários, o prazo terminar, houver comunicação do titular** ou determinação da ANPD por violação à lei.

A regra geral estabelece que, encerrado o tratamento, os dados pessoais devem ser eliminados, respeitados os limites técnicos das atividades e as hipóteses legais que autorizam sua conservação.

O art. 16 da LGPD **permite conservar dados para cumprimento de obrigação legal, pesquisas, transferência lícita a terceiros ou uso exclusivo do controlador**, desde que anonimizados e sem acesso por terceiros.

REVISÃO DE DECISÕES AUTOMATIZADAS

O art. 20 da LGPD assegura ao titular o direito de **solicitar a revisão de decisões exclusivamente automatizadas que afetem seus interesses**, como a negativa de crédito realizada por sistemas eletrônicos, observadas as condições legais.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DIREITO AGRÁRIO

USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL



O QUE PRECISAMOS SABER?

A usucapião constitucional rural, também denominada usucapião especial rural ou pro labore, constitui modalidade de aquisição originária da propriedade, fundamentada na posse contínua, sem oposição, associada ao trabalho produtivo e à moradia no imóvel. Prevista no art. 191 da Constituição Federal e no art. 1.239 do Código Civil, busca garantir o acesso à terra e sua função social, exigindo o cumprimento de requisitos específicos relativos ao prazo de posse, à extensão da área e à inexistência de outro imóvel em nome do possuidor.

REQUISITOS CONSTITUCIONAIS



A usucapião especial rural exige o **cumprimento simultâneo dos requisitos previstos no art. 191** da Constituição Federal:

- ☑ **Prazo**: posse por 5 anos ininterruptos e sem oposição.
- ☑ **Área**: imóvel rural de até 50 hectares.
- ☑ **Posse**: exercício da posse como proprietário.
- ☑ **Produtividade e moradia**: trabalho próprio ou familiar e residência no imóvel.
- ☑ **Propriedade**: não possuir outro imóvel rural ou urbano.

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS



AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA: independe de transmissão pelo antigo proprietário.
JUSTO TÍTULO: não é exigido para aquisição da propriedade.
BOA-FÉ: não constitui requisito obrigatório.
POSSE QUALIFICADA: exige posse contínua, sem oposição, produção rural e moradia.

A usucapião constitucional rural exige posse contínua e sem oposição por 5 anos, área de até 50 hectares, moradia, produtividade e ausência de outro imóvel.

VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL



O parágrafo único do art. 191 da Constituição Federal estabelece que os **imóveis públicos NÃO PODEM ser adquiridos por usucapião**, independentemente do tempo de posse, da produtividade da terra ou da existência de moradia no local.

Essa vedação **também abrange os bens públicos dominicais**, mesmo quando não destinados a uma finalidade pública específica, pois sua natureza pública impede a aquisição da propriedade por usucapião.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITO AGRÁRIO

DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA



O QUE PRECISAMOS SABER?

A desapropriação por utilidade pública constitui modalidade de intervenção estatal na propriedade privada, destinada à realização de obras, serviços e atividades de interesse coletivo. Regulamentada pelo Decreto-Lei nº 3.365/1941, permite ao Poder Público adquirir compulsoriamente bens necessários ao atendimento de finalidades públicas, mediante justa e prévia indenização, em regra, em dinheiro. Sua aplicação exige declaração de utilidade pública e observância dos procedimentos e garantias legais.

HIPÓTESES DE UTILIDADE PÚBLICA



Conforme o art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, a **desapropriação por utilidade pública abrange situações destinadas ao atendimento** de interesses coletivos, destacando-se:

- ☑ Segurança nacional: proteção e defesa do Estado.
- ☑ Calamidade pública: socorro à população.
- ☑ Saúde pública: salubridade e assistência coletiva.
- ☑ Vias públicas: construção e ampliação.
- ☑ Transporte coletivo: funcionamento dos serviços.
- ☑ Urbanização: criação e melhoria de centros populacionais.

COMPETÊNCIA E DECLARAÇÃO



Conforme os arts. 2º e 6º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, União, Estados, Distrito Federal e Municípios **PODEM DESAPROPRIAR bens por utilidade pública**, mediante declaração formalizada por decreto da autoridade competente.

O **Poder Legislativo também pode tomar a iniciativa da desapropriação, cabendo ao Executivo efetivá-la**. Entidades legalmente autorizadas podem promovê-la, observadas as condições estabelecidas em lei.

PRAZO DE CADUCIDADE



Conforme o art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, a desapropriação deve ser **efetivada por acordo ou mediante ajuizamento da ação em até 5 anos, contados da expedição do decreto**. Ultrapassado esse prazo, ocorre a caducidade da declaração, sendo permitida nova declaração sobre o mesmo bem somente após 1 ano.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

ETAPAS DO LICENCIAMENTO – LP, LI E LO

🟢 1. LP – LICENÇA PRÉVIA

Quando ocorre?
Na fase de **planejamento** do empreendimento.

O que ela faz?
✔️ Aprova a **viabilidade ambiental**
✔️ Aprova a **localização**
✔️ Aprova a **concepção do projeto**
✔️ Estabelece **condicionantes para as próximas fases**
A LP não autoriza obra nem funcionamento.

LP
Licença Prévia

É a fase de avaliação da viabilidade socioambiental do projeto.

🟡 2. LI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Quando ocorre?
Após **cumprimento das exigências da LP.**

O que ela faz?
✔️ Autoriza o **início da obra/instalação**
✔️ Aprova os **planos** e **projetos executivos**
✔️ **Exige cumprimento** das **condicionantes**
Sem LI, a obra é irregular.

LI
Licença de Instalação

É a fase em que se apresenta o projeto executivo e após aprovação inicia-se a construção.

🔵 3. LO – LICENÇA DE OPERAÇÃO

Quando ocorre?
Após verificação de que tudo foi instalado conforme aprovado.

O que ela faz?
✔️ Autoriza o **funcionamento da atividade**
✔️ Confirma **cumprimento das exigências anteriores**
✔️ Pode estabelecer **novas condicionantes**
Sem LO, a atividade não pode operar.

LO
Licença de Operação

É a fase em que se avalia a construção e é autorizada a operação.

🎯 **Ponto importante**
A LO normalmente possui **prazo determinado** e pode ser renovada.

CONDICIONANTES

Em todas as fases podem ser impostas condicionantes ambientais, como:

- Compensação ambiental
- Monitoramento
- PRAD
- Controle de emissões

Descumprimento pode gerar:
🚨 **Multa** 🚨 **Suspensão** 🚨 **Cassação da licença**



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997



PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O **licenciamento ambiental** é um processo essencial para garantir que as atividades econômicas sejam realizadas de forma **sustentável**, respeitando o meio ambiente.

Porém, como qualquer procedimento administrativo, ele está sujeito a **regras e prazos** específicos que devem ser seguidos tanto pelo empreendedor quanto pelo órgão ambiental.

Prazo de **Análise das Licenças** (Art. 14):

O órgão ambiental competente deve **analisar o pedido de licença** dentro dos seguintes prazos:



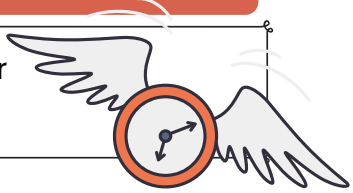
Até 6 meses: Para licenças simples, como **Licença Prévia** (LP), **Licença de Instalação** (LI) e **Licença de Operação** (LO).

Até 12 meses: Quando o empreendimento exigir estudos mais complexos, como o **EIA/RIMA** (Estudo de Impacto Ambiental), ou houver necessidade de audiência pública.

por que isso importa?

ESSES PRAZOS GARANTEM QUE O PROCESSO NÃO FIQUE INDEFINIDAMENTE PARADO.

Mas atenção! O prazo pode ser **suspenso** se o empreendedor precisar corrigir ou complementar os documentos apresentados.

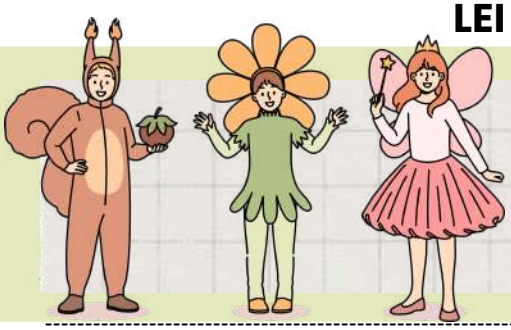


clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

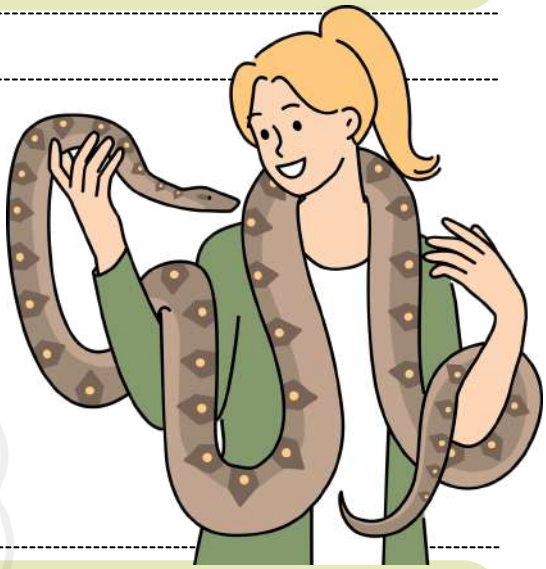
DICA

LEI Nº 9.985/00 - SNUC



OBJETIVOS DA (SNUC)

O SNUC tem como principais objetivos:



- **Contribuir para a manutenção da diversidade biológica** 🌺**:** A preservação das **espécies** e **ecossistemas**, incluindo os recursos genéticos.
- **Proteger as espécies ameaçadas de extinção** 🦏 **:** Focando na **proteção de espécies** que estão em risco, promovendo sua recuperação.
- **Preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais** 🌳 **:** Garantindo a **integridade** dos **ecossistemas** e o **equilíbrio ecológico**.
- **Promover o desenvolvimento sustentável** 🌎**:** A utilização dos recursos naturais de maneira que atenda às **necessidades** do **presente** sem comprometer as gerações futuras.
- **Fomentar o uso dos princípios de conservação da natureza no processo de desenvolvimento** 🏗️**:** Buscando integrar **conservação** e **desenvolvimento** em áreas de uso humano.

TIPOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 🏞️

- **Estação Ecológica** 🧪**:** Focada na **pesquisa científica**. Não permite qualquer tipo de uso humano, exceto para estudos.
- **Reserva Biológica** 🌱 **:** Focada em **preservar a natureza** sem visitação pública. O objetivo é a preservação total.
- **Parque Nacional** 🏞️**:** Áreas de grande beleza cênica, onde a **visitação é permitida** para fins recreativos e educativos.
- **Monumento Natural** 🏛️**:** Protege **áreas** ou **elementos naturais de valor histórico** ou **científico**.
- **Refúgio de Vida Silvestre** 🦏 **:** Áreas voltadas para a **proteção de espécies ameaçadas de extinção**.

✅AS UNIDADES DEVEM SALVAGUARDAR O **PATRIMÔNIO BIOLÓGICO**, COMO **FAUNA** E **FLORA**. 🌿

✅AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PRECISAM REPRESENTAR DIVERSOS **HABITATS** E **ECOSSISTEMAS** DO PAÍS. 🌳

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PESSOA NATURAL E DIREITOS DA PERSONALIDADE II



A capacidade está prevista no art. 1° do Código Civil: "Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil".

A capacidade se **divide** em **duas:**

- **Capacidade de direito/gozo:** é a **capacidade geral**, genérica, que qualquer pessoa tem, é a capacidade para ser sujeito de direitos e deveres na ordem privada.

- **Capacidade de fato/exercício:** Nem toda pessoa tem, pois ela traduz uma **aptidão** para pessoalmente **praticar atos na vida civil**. Assim, a capacidade civil plena é a capacidade de direito somado a capacidade de fato.

ABSOLUTAMENTE INCAPAZES E RELATIVAMENTE INCAPAZES

De acordo com o art. 3°, os **menores de 16 anos** são considerados **absolutamente incapazes de realizar atos civis**. Atualmente, somente os menores de 16 anos são considerados absolutamente incapazes, não existindo maiores com essa classificação.

Já em relação aos **relativamente incapazes**, o art. 4° do Código Civil estabelece:

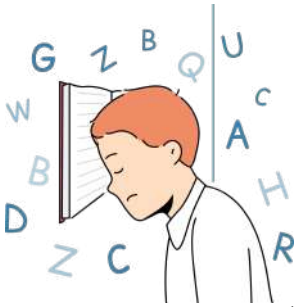


SÃO CONSIDERADOS RELATIVAMENTE INCAPAZES OS **MAIORES** DE **DEZESSEIS** E **MENORES** DE **DEZOITO ANOS**;



OS **ALCOÓLATRAS** E **VICIADOS** EM DROGAS;





AQUELES QUE, **TEMPORÁRIA** OU **PERMANENTEMENTE**, **NÃO CONSIGAM EXPRESSAR** SUA **VONTADE**;

E OS **PRÓDIGOS**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA
DOMICÍLIO II



- **Domicílio Voluntário:** É aquele **escolhido pela pessoa natural** como sua **residência**, conforme o artigo 74 do Código Civil.

A MUDANÇA DESSE DOMICÍLIO É PERMITIDA E PODE OCORRER MEDIANTE **MANIFESTAÇÃO** DE **VONTADE**.



- **Domicílio Necessário:** Também conhecido como **domicílio legal ou compulsório**, é estabelecido por lei em razão de determinadas circunstâncias da pessoa. Alguns exemplos são:



PARA **INCAPAZES**, O DOMICÍLIO SERÁ O DO **REPRESENTANTE** OU **ASSISTENTE LEGAL**.



PARA **PRESOS**, É O **LUGAR** ONDE **CUMPREM** SUA **CONDENAÇÃO** DEFINITIVA.



PARA **TRIPULANTES** DE **NAVIOS**, É O **LOCAL** ONDE O **NAVIO** ESTÁ **MATRICULADO** OU **ANCORADO**.



PARA **SERVIDORES PÚBLICOS**, É O LOCAL ONDE **EXERCEM SUAS ATIVIDADES**.



PARA **MILITARES**, É O **LOCAL** ONDE **SERVEM**.

- **Domicílio Aparente:** Estabelecido pelo artigo 73 do Código Civil, é **atribuído** à **pessoa que não possui residência habitual**.

NESSE CASO, CONSIDERA-SE **DOMICÍLIO** O **LUGAR ONDE A PESSOA FOR ENCONTRADA**.



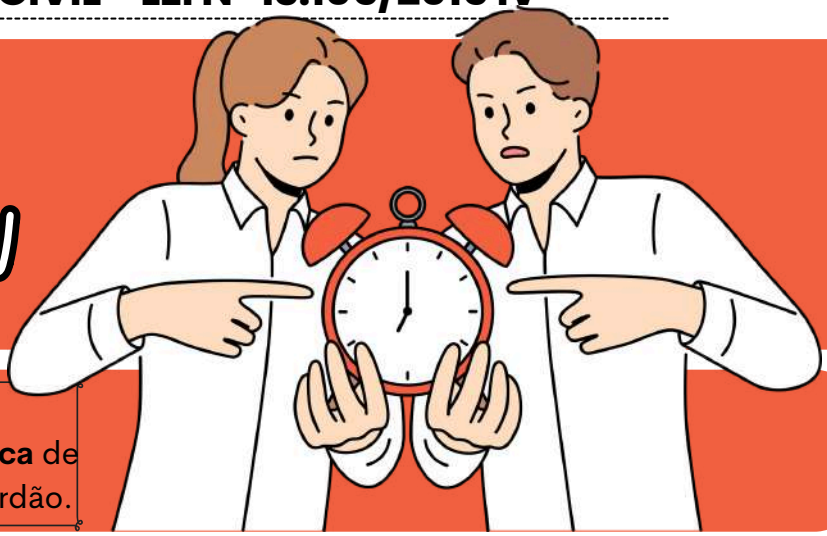
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105/2015 IV

NORMAS PROCESSUAIS IV



Os juízes e os tribunais atenderão, **preferencialmente**, à **ordem cronológica** de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

O juiz deve seguir a **ordem cronológica como regra**, mas pode se afastar dela, desde que haja **justificativa prevista no próprio CPC**.

A lista de processos aptos a julgamento deverá estar **permanentemente** à disposição para **consulta pública.**

Existem **exceções** à **ordem cronológica**, como:



- Sentenças **homologatórias** (como acordos),
- Julgamento de **causas repetitivas** (quando vários processos tratam da mesma tese jurídica),
- **Embargos de declaração** e **agravos internos** (por serem julgamentos de menor complexidade),
- Casos com **preferência legal,** como processos que envolvem idosos ou portadores de doenças graves,
- E as **metas do CNJ** (como mutirões ou campanhas de aceleração de julgamento).

PODE JULGAR FORA DA ORDEM?

Sim, pode, mas só em **casos excepcionais**, e o juiz precisa **justificar** isso por escrito na decisão.

Ou seja, o juiz não pode simplesmente "pular a fila". Ele precisa explicar por que aquele processo precisa ser julgado antes dos outros. **Exemplos de situações justificáveis**: idoso, pessoa com doença grave, processos que envolvem crianças, etc.

A PARTE QUE SE SENTIR PREJUDICADA POR PRETERIÇÃO INDEVIDA DE SEU PROCESSO PODERÁ RECLAMAR, NOS TERMOS DO ART. 203, § 5º.

Essa regra não vale só para juízes de 1ª instância. Também se aplica aos **desembargadores** (2° grau) e aos **ministros** (STJ, STF, etc.). Ou seja, todos devem respeitar a **ordem de julgamento**, salvo **decisão justificada.**

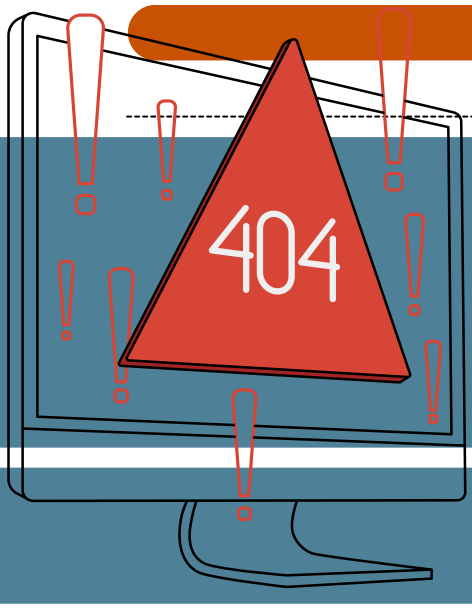


clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DOS ATOS PROCESSUAIS IV





DAS NULIDADES

Se uma parte do processo **causa um erro ou não segue uma forma prescrita por lei**, ela não pode depois pedir que o ato seja declarado nulo com base nesse erro.

Se um ato processual foi feito de **forma diferente da prescrita pela lei**, mas **atingiu** a **finalidade** que se esperava, **o juiz pode considerá-lo válido**.

Se uma parte deseja **alegar** que um **ato é nulo**, ela deve fazê-lo na **primeira oportunidade que tiver para falar nos autos**, ou seja, no primeiro momento em que puder se manifestar no processo. Se não o fizer, perde essa oportunidade (**preclusão**).

Se o Ministério Público (MP) deve **intervir** no processo e **não for intimado**, **o processo é considerado nulo**.

- § 1º Se o processo seguiu sem o conhecimento do MP, **o juiz invalidará os atos desde o momento em que o MP deveria ter sido intimado**.
- § 2º A **nulidade** só pode ser decretada após a **intimação do MP**, que irá se manifestar sobre a existência ou inexistência de prejuízo.

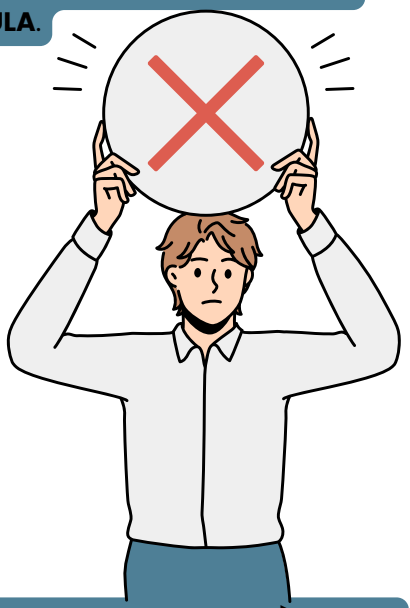
SE UMA **CITAÇÃO** OU **INTIMAÇÃO** (ATOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO) NÃO SEGUIR AS REGRAS LEGAIS, **SERÁ CONSIDERADA NULA**.

SE UM ATO FOR **ANULADO**, TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES QUE DEPENDEM DESSE ATO TAMBÉM SÃO CONSIDERADOS **SEM EFEITO**.

NO ENTANTO, SE UMA PARTE DO ATO FOR INDEPENDENTE E NÃO PREJUDICADA PELA NULIDADE, ESSA PARTE **NÃO SERÁ ANULADA**.

QUANDO O JUIZ DECLARA A NULIDADE DE UM ATO, ELE DEVE INDICAR **QUAIS ATOS SÃO AFETADOS** E ORDENAR QUE ESSES ATOS SEJAM **REPETIDOS** OU **CORRIGIDOS**.

SE HOUVER UM **ERRO NA FORMA DO PROCESSO**, APENAS OS **ATOS** QUE **NÃO PODEM SER APROVEITADOS** SERÃO **ANULADOS**. OS ATOS NECESSÁRIOS PARA SEGUIR AS PRESCRIÇÕES LEGAIS DEVEM SER REALIZADOS.



OS ATOS **PRATICADOS** SERÃO **APROVEITADOS** DESDE QUE **NÃO RESULTEM EM PREJUIZO À DEFESA DE QUALQUER PARTE**.

CHEGAMOS AO FIM

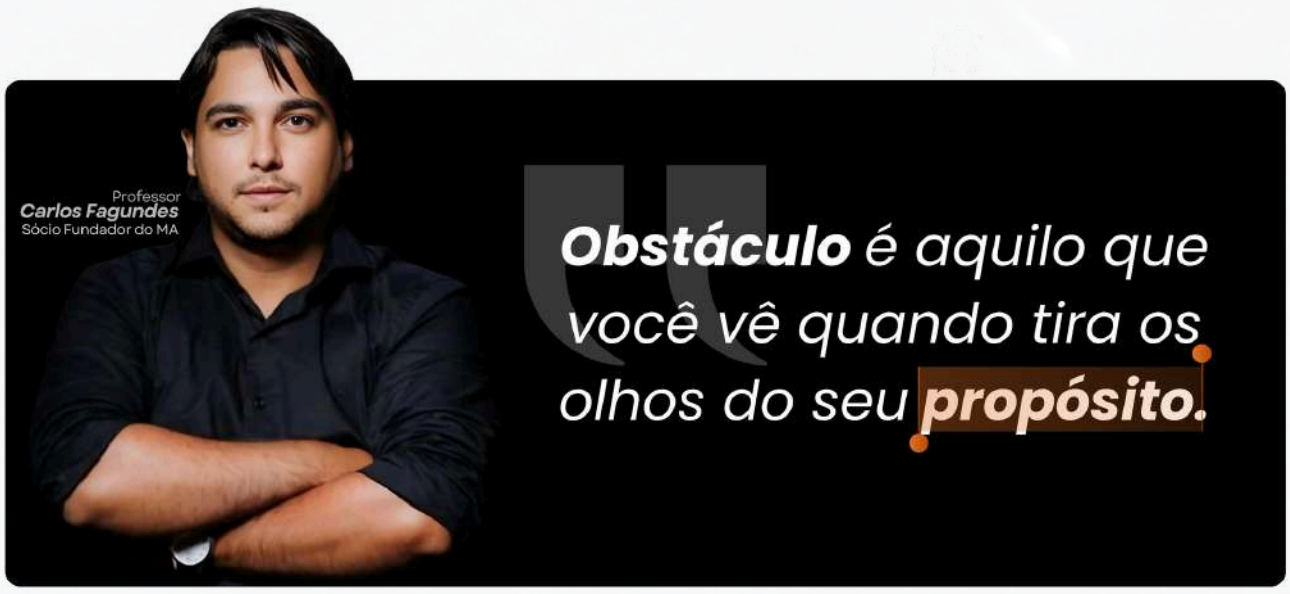
Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **PC/MA!**
Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ clique aqui para conhecer o material completo



→ Acesse nosso Instagram